



Reorientando a Política de Salvaguarda e Valorização do Património Arquivístico do Sector Público ■

Da necessidade de incrementar tanto a eficácia e a sustentabilidade do investimento público nos arquivos, como a utilização destes para o desenvolvimento cultural, social e humano, importa rever a visão tradicional sobre o valor cultural dos arquivos e encontrar uma nova estratégia de intervenção em matéria de política arquivística.

Sobre o valor cultural dos arquivos

A visão tradicional imputa aos arquivos uma dimensão cultural que em larga medida lhes é dada pela idade dos documentos. Na visão que propomos, é sobretudo a informação que o documento veicula, a utilização que efectiva ou potencialmente lhe é dada, e não a data, que determinam o seu valor cultural. É uma visão que implica avaliar alguma da documentação já depositada em arquivos históricos públicos; implica também, e muito especialmente, repensar a relação entre o sector da Cultura e os restantes sectores de actividade da Administração Pública.

Na mesma visão tradicional, a dimensão cultural dos arquivos está fundamentalmente ligada ao seu uso enquanto fonte de investigação histórica. Essa é uma perspectiva importante e não negligenciável, mas restritiva.

Na dimensão cultural dos arquivos, testemunhos das actividades do Governo e da Administração, cabe também encará-los e promover a sua utilização enquanto meio de reforço de uma cidadania responsável e factor de desenvolvimento da democracia.

Este é o sentido para o qual apontam as orientações tanto do Conselho Internacional de Arquivos como da Comissão Europeia, à luz das quais se considera inaceitável prolongar uma situação de não envolvimento ou desatenção do sector cultural face aos processos de produção e gestão de documentos junto das administrações.

A importância de uma Política de Gestão Integrada de Arquivos

Uma política de gestão integrada de arquivos – ou seja, de gestão contínua do ciclo de vida dos documentos de arquivo – é condição crítica →



Neste número

01 • Reorientando a Política de Salvaguarda e Valorização do Património Arquivístico do Sector Público

04 • Forum dos Arquivos de Língua Portuguesa

• IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica

• Carta de Lisboa

06 • Qualidade e Excelência na Sociedade da Informação

07 • O Novo Ciclo de Desenvolvimento da Administração Pública: Abertura, Eficiência, Independência

09 REDE DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

• Os Fundos Documentais do Arquivo Municipal de Meda

10 FUNDOS & COLECCÕES

• A Colecção de São Vicente

11 INFORMAÇÕES

• Orientações Técnicas

• Os Arquivos das ONG, uma Memória a Partilhar

12 AGENDA

• Centenário do Nascimento de Humberto Delgado (1906–2006)

• Exposição Documental – Folhetos de Espectáculos (1937–1962)

→ para garantir, de uma forma sustentada, a salvaguarda e o acesso permanente ao património arquivístico; é condição crítica, ainda, para efectivar a transparência da Administração, promover o uso dos direitos de acesso aos documentos da administração, fomentar o desenvolvimento de uma cultura democrática.

Uma política de gestão integrada de arquivos dificilmente conseguirá efectividade se suportada por um modelo que preconize a transferência de responsabilidades de gestão, entre diferentes sectores da Administração, a meio do ciclo de vida dos documentos – como é o caso do actual modelo custodial em que a documentação conflui numa rede de arquivos históricos públicos dependentes do Ministério da Cultura. Esse é um modelo facilitador da desresponsabilização das partes envolvidas, cujo fracasso foi já demonstrado.

O fracasso do modelo custodial está patente nos dados revelados pelo último diagnóstico aos arquivos intermédios da Administração Central, publicado pelo OAC e pelo IAN/TT em 2003. Aí se dá conta da existência de 681Km de documentação acumulada em diversos organismos públicos (5 vezes a capacidade total do Arquivo Nacional) – valor que o próprio relatório reconhece não reflectir a totalidade da Administração Central, e muito menos da Administração Pública. Trata-se de um universo documental por avaliar, por inventariar, de acesso precário ou nulo, frequentemente indisponível para uso do cidadão, do investigador, da própria Administração.

Os diagnósticos de pouco servem se não despoletarem acções de correcção aos problemas identificados. Neste processo, é expectável uma concertação de esforços entre as administrações produtoras e o

sector da Cultura na resolução do passivo acumulado; é expectável, ainda, que sejam providenciadas soluções de longo prazo, soluções de política arquivística nacional, que inviabilizem ou, no mínimo, dificultem a repetição futura da situação a que hoje se assiste – que, a verificar-se, será necessariamente agravada pela tendencial desmaterialização dos actos praticados pela Administração.

Alternativa ao modelo custodial centrado no Ministério da Cultura

A proposta é de um modelo que co-responsabilize administrações produtoras e organismos do sector cultural, simultaneamente e não em momentos diferenciados no tempo. Um modelo que considera a descentralização física dos acervos, a centralização da coordenação técnica e normativa, a partilha de custos nos investimentos necessários aos processos de salvaguarda e valorização dos acervos, e a implementação de auditorias de processos e de fiscalização.

Nunca tendo sido antes claramente abandonada uma política custodial, a verdade é que, de certa forma, este modelo já foi adoptado no relacionamento do IAN/TT com o sector da Administração Local: o lançamento do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM) no final dos anos 90 tem subjacente uma política de partilha de responsabilidades entre as entidades produtoras (Câmaras Municipais) e do Ministério da Cultura (IAN/TT), em que é privilegiado o apoio à criação de estruturas locais de salvaguarda e valorização do património arquivístico em vez de uma política de incorporação em arquivos centrais (distritais).

Na prática, trata-se de depurar e alargar este modelo de relacionamento à generalidade das enti-

dades produtoras e detentoras de património arquivístico. No que concerne à Administração Central, deverá traduzir-se na criação de Arquivos históricos, de âmbito ministerial, em todos os ministérios – expandindo as competências e meios dos que actualmente já existem, e criando outros quando necessário.

Na criação/reinstalação destes Arquivos, na recolha e tratamento técnico da documentação, na prestação de serviços ao cidadão, o órgão de coordenação central dos arquivos deve ter uma presença constante não só de acompanhamento técnico e de supervisão, mas também de participação nos investimentos necessários.

Oportunidades de implementação do modelo proposto

O processo de Reforma da Administração Pública em curso (Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005 de 4 de Agosto) é uma oportunidade excelente para a implementação do modelo acima proposto. Ao desenvolver uma filosofia de serviços partilhados no âmbito dos processos de suporte, no que à gestão de documentação e informação respeita aponta para a criação, nas Secretarias-Gerais dos vários Ministérios, de serviços centrais de arquivo, capazes de recolher, tratar, conservar e facilitar o acesso a documentação produzida pelos diferentes organismos do Ministério, quando a mesma tenha deixado de ser de utilização corrente.

Outro aspecto que vemos como uma oportunidade é o facto de estar em definição o próximo Quadro Comunitário de Apoio. Uma oportunidade para desenhar a programação no que especificamente respeita às medidas e acções para o sector de arquivos, tomando os fundos

comunitários como instrumento de apoio à implementação da política nacional de arquivos. Nesse sentido, importaria que a mesma visão do valor cultural dos arquivos e o mesmo entendimento sobre as opções de política nacional de arquivos fossem partilhadas e igualmente assumidas pelos responsáveis pelo planeamento e execução dos planos operacionais e pela Direcção do IAN/TT, para em conjunto conceberem a melhor forma de tornarem complementares os diferentes apoios a atribuir.

Medidas críticas

O sucesso do modelo proposto não dispensa a implementação de um conjunto de medidas, algumas das quais requerem decisão e envolvimento no plano político. Reportamos aquelas que consideramos mais relevantes, e em cuja promoção a actual direcção está especialmente envolvida.

- Acompanhamento do Ministério da Cultura ao processo de Reforma da Administração Pública

É especialmente importante que o Ministério acompanhe a elaboração das futuras leis orgânicas e quadros de pessoal das Secretarias-Gerais de todos os Ministérios, no sentido de garantir que as mesmas contemplem tanto suficientes estruturas e meios como uma adequada definição de competências, no âmbito das funções de gestão de documentação e informação. Considera-se factor crítico de sucesso da política proposta a existência de serviços de arquivo, com identidade orgânica própria, em todas as Secretarias-Gerais; a atribuição de competências suficientes para conduzirem e implantarem políticas de gestão integrada de arquivos; a dotação dos seus quadros de pessoal com técnicos superiores e técnicos profissionais de arquivo em número suficiente para, no mínimo, assegu-

rem a coordenação do respectivo sistema de arquivo, sem prejuízo do eventual recurso à contratação externa de serviços para dar execução a projectos específicos.

- Qualificação e reconversão profissional

O Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central acima referido revelou existirem na Administração Central apenas 57 lugares providos de técnico superior de arquivo, e 33 de técnico profissional de arquivo – valores insustentáveis para uma área de negócio que todos os Ministérios, todos os organismos, todos os serviços, possuem! Considerando a manifesta necessidade de contenção orçamental, e a presumível dificuldade em aumentar o número de efectivos, linhas especiais para a requalificação de quadros existentes haveriam de ser ponderadas no contexto das entidades competentes para a formação na Administração Pública e gestão do quadro de excedentes.

- Revisão de legislação

Destaque para a necessidade de rever a lei orgânica do IAN/TT, decorrente das novas orientações para a Reforma da Administração Pública, devendo tornar-se, ela também, um instrumento facilitador da execução de uma clarificada política arquivística. As alterações mais significativas deverão passar não tanto por uma profunda alteração da missão ou das competências, mas pela criação de uma estrutura orgânica mais flexível e que permita desenvolver as funções de regulação e coordenação nacional dos arquivos, assessoria técnica, auditoria/fiscalização e gestão de uma rede nacional de informação de arquivo.

- Apoio de fundos comunitários ao financiamento de infra-estruturas para arquivos

O Quadro Comunitário de Apoio vigente não financiou

infra-estruturas para arquivos. Existindo margem para continuar a apoiar infra-estruturas, pelo menos em regiões menos desenvolvidas, considera-se crítico que estes apoios possam ser estendidos ao sector de arquivos, como forma de aliviar a médio prazo o orçamento PIDDAC do IAN/TT, e permitir alguma reorientação dos investimentos nacionais, nomeadamente em regiões que os fundos estruturais, por imposição comunitária, não terão condições de contemplar.

- Criação de uma linha de apoio aos arquivos da Administração Central

O IAN/TT tem actualmente uma linha de apoio aos arquivos da Administração Local, consubstanciada no PARAM. Como já acima foi dito, o PARAM é uma boa representação do modelo de co-responsabilização das entidades produtoras e do organismo de coordenação nacional dos arquivos na salvaguarda e valorização do património arquivístico. Pretende-se que o modelo de colaboração seja aprofundado e estendido também à Administração Central, com os ajustes necessários decorrentes dos imperativos legais, tendo em vista o desenvolvimento da Rede Nacional de Arquivos.

- Estudo de soluções de preservação a longo prazo de arquivos digitais

Trata-se de um projecto do IAN/TT para 2006, que consideramos essencial para a definição de uma política de salvaguarda do património arquivístico digital. Os resultados do projecto ponderarão custos e benefícios, para informar da conveniência de abordar os documentos electrónicos de forma diferenciada, ou não, relativamente aos suportes tradicionais.

A DIRECÇÃO DO IAN/TT

Forum dos Arquivos de Língua Portuguesa ■

NOS DIAS 24 E 26 DE OUTUBRO de 2005, teve lugar, no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, a 3.^a reunião do Forum dos Arquivos de Língua Portuguesa. Estiveram presentes os Directores dos Arquivos Nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique – que presidiu –, Portugal, República Democrática de Timor-Leste e de S. Tomé e Príncipe. A Directora do Arquivo Histórico Ultramarino também participou na reunião.

Das várias questões debatidas, destaca-se o acordo alcançado para a abertura do Forum a outros Arquivos desde que detentores de património arquivístico comum, conforme a definição expressa pela UNESCO e pelo Conselho Internacional de Arquivos.

Foram referidos diversos projectos, nomeadamente o Projecto Aluka (*Struggles for Freedom in Southern Africa Collection*) sobre documentação relativa às lutas de libertação, envolvendo vários países do Sul da África; a iniciativa angolana, no sentido de ser criado, em Luanda, um arquivo dos movimentos de libertação dos países africanos de língua portuguesa. De destacar, igualmente, a proposta de organização de uma exposição itinerante sobre o Campo do Tarrafal, dado que em 2006 se completarão 70 anos sobre a sua entrada em funcionamento, com o objectivo de «Recordar para não esquecer».

Foi ainda dado o enfoque à necessidade de programas de formação de arquivistas, tendo vários Directores apelado ao apoio de Portugal, que assumiu a Presidência do Forum e Cabo Verde a Vice-Presidência. [1]

IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica ■

O INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO ORGANIZOU, de 24 a 28 de Outubro, o IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, subordinado ao tema «Cooperação Internacional em Arquivos» (*vide Boletim n.º 12*).

Esta iniciativa, cuja sessão de abertura foi presidida por Sua Excelência a Ministra da Cultura, foi marcada pela presença de representantes da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), de todos os países da CPLP e do Conselho Internacional de Arquivos.

O elevado nível das comunicações e a transversalidade das temáticas abordadas suscitaram a reflexão e o debate, numa ampla participação da assistência.

As comunicações podem ser consultadas no sítio web do IAN/TT (www.iantt.pt). [1]

Carta de Lisboa ■

Asociación Latinoamericana de Archivos -ALA-

EM ANTECIPAÇÃO AO IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS de Tradição Ibérica, realizou-se a Assembleia Geral da *Asociación Latinoamericana de Archivos -ALA-*, no decurso da qual foi elaborado o documento «Carta de Lisboa» que se transcreve na íntegra.

«Carta de Lisboa

La Asamblea General da la Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA), reunida en Lisboa, Portugal, en el Instituto de Archivos Nacionales Torre do Tombo (IAN/TT), el 24 de Octubre de 2005, acordó enviar la presente solicitud al Comité Ejecutivo, Presidencia y Secretaria General del Consejo Internacional de Archivos (CIA/ICA):

CONSIDERANDO:

1) Que estima prioritário el crecimiento y fortalecimiento de ALA, entidad supranacional que representa intereses comunes y una tradición archivística compartida.

2) Que es interés de la Asamblea General, que ALA continúe como rama regional en representación de los países iberoamericanos ante el Consejo Internacional de Archivos;

sin embargo desde hace varios años se constatan una serie de problemas que dificultan este deseo y que han sido expuestos reiteradamente ante las autoridades del CIA/ICA.

3) Que el incremento desproporcionado de las cuotas anuales de afiliación al CIA/ICA imposibilita que algunos países de la región se integren y/o permanezcan en ese organismo.

4) Que los Archivos Nacionales o Generales de los países miembros tienen serias dificultades para justificar ante sus gobiernos los pagos que deben realizar para participar como miembros del CIA/ICA, no sólo por los altos costos, sino además por el bajo retorno técnico recibido de parte de ese organismo.

5) Que algunas decisiones adoptadas por el CIA/ICA reflejadas en los nuevos Estatutos aprobados en Viena, complican aún más la situación. →

→ Cabe destacar la adopción de las lenguas inglesa y francesa como únicas lenguas oficiales de trabajo de la mencionada entidad, decisión votada negativamente por los representantes de ALA presentes en dicha ocasión lo que impide la participación activa y responsable de la comunidad hispano parlante en congresos, reuniones, conferencias y asambleas que esta entidad auspicia.

6) Que la decisión adoptada en el Artículo 74 de los nuevos Estatutos imposibilita que los países iberoamericanos reciban la información administrativa y científica emanada del CIA/ICA en lengua española; información que es del mayor interés para la actualización profesional de la comunidad archivística iberoamericana.

7) Que el Artículo 53. b. de los actuales Estatutos del CIA/ICA dispone que para pertenecer a una rama regional se debe previamente ser miembro de esa organización. Los problemas indicados impiden, por razones técnicas y económicas, que muchos países de Iberoamérica se puedan integrar en el CIA/ICA y, en consecuencia, tal disposición les obliga también a retirarse de ALA en contra de su deseo o voluntad. La Asamblea General se opone rotundamente a que esta disposición debilite nuestra Organización que a través de tantos años se ha convertido en un instrumento crucial para la integración, desarrollo y fortalecimiento de los archivos iberoamericanos.

8) Que es de interés conocer de forma clara y transparente la información financiera y presupuestaria del CIA/ICA.

LA ASAMBLEA GENERAL DE ALA SOLICITA A LAS AUTORIDADES DEL CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS:

a) Que de acuerdo a lo dispuesto en el artículo 82 de los Estatutos del CIA/ICA, en la Asamblea General que se

efectuara en Curaçao en el 2006, se someta a discusión una reforma del artículo 53 de sus Estatutos, con el fin de eliminar el requisito establecido en el apartado b.

b) Que la información contenida en el sitio web del CIA/ICA se difunda en lengua española, así como se traduzcan al español y portugués una selección de documentos administrativos y científicos para ser puestos a disposición de la comunidad archivística iberoamericana.

c) Que el CIA/ICA realice gestiones que permitan financiar la traducción simultánea al español y otros idiomas aparte del inglés y francés en actividades administrativas y académicas de la mayor importancia tales como Asambleas Generales y Congresos Internacionales.

d) Que con el fin de facilitar el ingreso o la permanencia de países iberoamericanos en el CIA/ICA, el Comité Ejecutivo, o a quién corresponda, autorice que el pago de las cuotas de membresía de los países con dificultades económicas se realice a través de trabajos y servicios prestados al CIA/ICA, para crear un crédito solidario coordinado por ALA para el pago de las cuotas mencionadas. Solución que se enmarca dentro de la sugerencia de «creatividad» realizada por el Secretario General del CIA/ICA en respuesta a la carta enviada por el Presidente de ALA en el 2 de septiembre del corriente.

e) Que se facilite al Comité Directivo de ALA la siguiente información:

- El estado de los pagos de membresía de todos los países miembros del CIA/ICA.
- El monto, en euros, del pago anual de cada uno de los países miembros del CIA/ICA.
- La fórmula de cálculo que fija el pago de la cuota anual de cada país.

- La ejecución de gastos del presupuesto de los años 2000-2004 y el presupuesto detallado del 2005.

En aras de la transparencia de la gestión administrativa del CIA/ICA, se le sugiere que mantenga disponible la información solicitada en el punto «e» para todos los asociados al CIA/ICA en el sitio web de la organización.

Esta solicitud formal consensuada en Lisboa, está orientada a dar soluciones y alternativas a una serie de problemas surgidos en el seno del CIA/ICA, que como organismo de carácter internacional y multicultural tiene la obligación de difundir sus actividades de una manera solidaria fomentando la participación igualitaria de todos sus miembros y ramas regionales.

Lisboa, a 26 de octubre de 2005»

a) Assinam os Representantes do Brasil (Jaime Antunes da Silva, Director-Geral do Arquivo Nacional e Presidente da ALA), Chile (Maria Eugénia Barrientos Harbin, Conservadora do Arquivo Nacional), Colômbia (Myriam Mejía, Archivo General de La Nación) Costa Rica (Virginia Chacón Arias, Directora do Arquivo Nacional) Cuba (Berarda Salabarría, Directora do Arquivo Nacional) Espanha (José Cruz Mundet, Subdirector-Geral dos Arquivos Estataes), México (Jorge Ruiz Dueñas, Director-Geral do Arquivo General de la Nación), Panamá (Florencio Muñoz, Director do Arquivo Nacional), Perú (César Durán Ibáñez, Archivo General), Portugal (Silvestre de Almeida Lacerda, Director-Geral do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo) e Uruguay (Alicia Casa de Barran, Directora do Arquivo General de la Nación). [1]



SEMINÁRIO

Qualidade e Excelência na Sociedade da Informação ■

EM PLENO MÊS DA QUALIDADE, realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre os dias 3 e 4 de Novembro, o Seminário «Qualidade e Excelência na Sociedade da Informação».

Este evento, organizado pela Secção de Ciência da Informação da FLUP, obteve uma adesão que ultrapassou todas as expectativas, caracterizando-se não só pela presença quer de organizações públicas, quer privadas, como também pela heterogeneidade profissional dos seus participantes, de entre os quais se destacavam, naturalmente, os profissionais da informação.

De facto, este é um tema que percorre transversalmente as organizações, as quais no decurso da sua actividade se vêem confrontadas com a premência da «mudança». Mudança no sentido da plena integração na Sociedade da Informação, da aplicação das tecnologias de informação e comunicação, de uma maior competitividade, da qualidade dos serviços a prestar aos seus clientes. Conscientes da necessidade de ultrapassar o risco de se cair na pura informatização de ineficiências, ficou patente a urgência da reformulação dos modelos de gestão e de interacção com os clientes e do desenvolvimento de projectos de gestão de mudança que envolvam os recursos humanos, os processos e métodos de trabalho, a componente tecnológica e, naturalmente, o sistema de informação organizacional, apostando na criação de valor quer na organização, quer no serviço por

ela prestado, sustentado na eficácia organizacional, na eficiência processual e no desenvolvimento de uma «*Cultura de Serviço*», de uma «*Cultura de Qualidade*».

A abordagem da Gestão como um sistema, a integração dos sistemas de gestão, o enfoque nos processos organizacionais, a criação de «feramentas da Qualidade», o «alinhamento» dos vários referenciais e a aposta na certificação como um meio para as «instituições/empresas assumirem um compromisso com os seus clientes no sentido de se dotarem de competências capazes de fornecer produtos e serviços com características de qualidade e que funcionem ao mesmo tempo como catalizadores internos no processo de melhoria contínua» afirmaram-se como ideias a reter destes dois dias de reflexão. A intensificação da procura, por parte das organizações e seus gestores, da implementação de sistemas de gestão da qualidade, que respondam eficazmente às suas necessidades e que contribuam para a sua melhoria contínua, reflecte uma nova visão no contexto da qual o papel da informação e do sistema de informação organizacional é componente fundamental. Perspectiva-se, assim, uma importância acrescida do profissional da informação, seja ele arquivista, bibliotecário ou documentalista, dado que poderá intervir naquele processo, não só promovendo a certificação do serviço de informação que dirige, como também tornando-se num elemento perma-

nente e incontornável da equipa da Qualidade, ao serviço da qual colocará todo o conhecimento que possui, quer da organização e respectivo funcionamento, quer do sistema de informação por ela produzido, confirmando a gestão da informação como um processo estratégico na instituição/empresa e na Gestão da Qualidade.

Numa época em que a normalização direccionada aos sistemas e serviços de informação adquire um volume e importância crescentes, e não obstante o especial impacto que tem todo o trabalho que foi, é e continuará a ser desenvolvido pelas diferentes Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, cabe aos profissionais no terreno a sua concretização e progressiva afirmação como área passível de enquadramento na Gestão da Qualidade e na implementação de Sistemas de Gestão de Qualidade, tarefa a que não são alheias as instituições ligadas à formação, no caso vertente a Universidade do Porto, que, através das suas Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia e do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação, procura não só dotar os futuros profissionais de competências direccionadas a estas temáticas, como fomentar a formação contínua e a realização de eventos que permitam a actualização e o enriquecimento dos profissionais do sector.

Manuela Pinto

SECÇÃO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

O Novo Ciclo de Desenvolvimento da Administração Pública: Abertura, Eficiência, Independência ■

NOS DIAS 3 E 4 DE NOVEMBRO de 2005, o INA realizou o 3.º Congresso Nacional da Administração Pública, subordinado ao tema «O Novo Ciclo de Desenvolvimento da Administração Pública: Abertura, Eficiência, Independência», o qual teve lugar nas instalações do Centro de Congressos de Lisboa.

O evento contou com cerca de 900 participantes motivados para o desenvolvimento de um serviço público de qualidade, nomeadamente, dirigentes, chefias e quadros técnicos da administração central, regional e local, dos sindicatos e associações profissionais, das universidades e laboratórios de ciência e tecnologia, de empresas públicas, de empresas fornecedoras do Estado e de empresas sem fins lucrativos.

Afirmou-se como grande objetivo do Congresso, contribuir para o debate e a apresentação de propostas e resultados úteis ao novo ciclo de desenvolvimento da AP então iniciado, e tendo em conta os atributos desejáveis de abertura, eficiência e independência, estabelecidos no art.º III-398, do Novo Tratado da União Europeia.

Neste contexto, 109 comunicações da autoria de 190 autores e co-autores, foram seleccionadas para tratar os temas fundamentais que constituíram o leque de sessões paralelas, nomeadamente «Gestão Estratégica e Liderança», «Melhoria Organizacional e Simplificação dos Processos», Avaliação de funcionários, Dirigentes e Organismos»,

«Gestão por Objectivos e Planos de Formação», Sistemas de Informação e Administração Electrónica», «Racionalização das Contas Públicas», «O Choque Tecnológico e a Administração Pública» e «Redes de Conhecimento sobre Gestão Pública».

Numa outra sessão sobre «Tecnologia e Inovação ao Serviço da Gestão Pública», as empresas patrocinadoras do evento puderam ainda apresentar a sua visão, propostas de produtos e serviços com interesse para a melhoria da qualidade dos serviços e com impacto na modernização da Administração Pública.

Tendo em conta o grande impulso dado pelo INA à produção editorial nos últimos dois anos, teve igualmente lugar uma sessão dedicada à apresentação pública dos livros editados por este Instituto em 2004/5.

Registaram-se, como momentos altos do Congresso, conferências proferidas por conceituados especialistas estrangeiros, especialmente convidados para nos apresentar e debater questões sobre as realidades e experiências de sucesso nas respectivas Administrações Públicas, designadamente Helena Kerr do Amaral, do Brasil, que nos falou sobre «O desenvolvimento de competências de servidores na Administração Pública Brasileira», Francisco López, de Espanha, cuja temática foi «Creando Administración, Nuevas Fórmulas Organizativas en la Administración Pública Española», Lionel Vareille,



de França, que nos apresentou o caso da «*La réforme budgétaire et la réforme de la Gestion Publique en France*», David Introcaso, dos EUA, que focou «*Networking for health: using Social Network Analysis Methods to improve Health Care Delivery*» e Hans-Edmund Kunsmann, da Alemanha, que apresentou «*Modernizing the German Federal Administration- HRM and the role of training and consulting*».

A Sessão de Abertura do Congresso foi presidida por Sua



Excelência o Ministro de Estado e das Finanças. Na Sessão de Encerramento, presidida por Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Pública, teve ainda lugar uma palestra proferida pelo Presidente do INA, Professor Doutor Luís Valadares Tavares sobre «Os desafios da Administração Pública na próxima década 2005/2015».

Estando em curso um grande projecto governamental de

Modernização Administração Pública Portuguesa, entendeu o INA englobar também, no âmbito deste Congresso, uma apresentação dos projectos que estão a ser coordenados pela Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa (UCMA), através da sua coordenadora, Dra. Maria Manuel Leitão Marques.

Para além disso, no mesmo espaço e em simultaneidade com o

Congresso, o INA levou a efeito, face ao êxito alcançado em 2004, a 2.ª Exposição Nacional sobre Inovação na Administração Pública, onde 34 entidades públicas e privadas expuseram e demonstraram produtos, serviços e projectos inovadores para a Administração Pública.

Fernanda Andrade

CHEFE DE DIVISÃO DE FORMAÇÃO DE QUADROS SUPERIORES DO INA

O IAN/TT APRESENTOU UMA COMUNICAÇÃO intitulada «*Gestão de Documentos e Preservação da Memória Organizacional a Longo Prazo: os Arquivos nos Sistemas de Informação da Administração Pública*»

A comunicação teve como objectivo alertar os organismos da Administração Pública, para os requisitos de natureza arquivística necessários à concepção, implementação e administração dos sistemas de informação das organizações.

Requisitos esses, presentes na gestão de documentos de arquivo, que permitem às organizações fornecer e preservar a prova das actividades desenvolvidas, proteger os seus interesses e os direitos dos cidadãos, bem como conservar a memória institucional a longo prazo, aspectos que não podem ser descurados nos sistemas de informação de base tecnológica.

A comunicação chamou a atenção para o trabalho desenvolvido pelo IAN/TT no apoio aos organismos da Administração Pública, no sentido de possuírem sistemas de gestão de documentos de arquivo eficazes, capazes de responder aos desafios da Sociedade da Informação. Neste âmbito foram destacados:

- A difusão da especificação MOREQ, modelo de requisitos funcionais para a gestão de arquivos electrónicos, traduzida no âmbito do programa SIADÉ (disponível em www.iantt.pt);
- A recente publicação da NP 44 38 : 1-2, norma portuguesa de gestão de documentos de arquivo.

Maria José Fidalgo

CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVOS INTERMÉDIOS

Os Fundos Documentais do Arquivo Municipal de Meda ■

Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral,
6430-197 Meda | Tel. 279880040
E-mail: jpazevedo@cm-meda.pt;
cmeda@cm-meda.pt. | HORÁRIO: 2.^a a 6.^a
das 9H00 – 12H30 e das 14H00 – 17H30.
RESPONSÁVEL: João Paulo Andrade
Azevedo.

CONSIDERANDO A SUA CONFIGURAÇÃO administrativa actual, o Concelho da Meda só existe desde 1895, ano em que a freguesia de Fontelonga saiu do concelho de Vila Nova de Foz Côa e passou para o de Meda. Até aí, várias alterações ocorreram.

Até 1836, este território que compõe o concelho de Meda, integrava os Concelhos de Aveloso, Casteição, Longroiva, Marialva e Meda, cada um dos quais com as suas estruturas administrativas e judiciais, formados por várias freguesias que à data da extinção destes concelhos, foram integradas no de Meda.

O ano de 1836 foi o início desta mudança ao nível da configuração administrativa que só terminou em 1898. Os concelhos de Aveloso, Casteição, Longroiva e Ranhados foram extintos logo em 1836 e integrados no de Meda, sendo o de Marialva extinto em 1852, incluído no de Vila Nova de Foz Côa e posteriormente no de Meda.

A configuração definitiva só se verificou em 1898, data em que se registaram as últimas alterações ao nível da configuração político-administrativa deste espaço.

Em 1895 tinha sido extinto o vizinho concelho de Penedono e as suas freguesias, bens e encargos, repartidos pelos concelhos limítrofes: Meda, S. João da Pesqueira e Sernancelhe. Uma grande parte daquele concelho

foi incluída no de Meda, tendo sido restaurado o Concelho de Penedono três anos mais tarde.

À medida que as instituições e organismos foram sendo extintos e integrados noutros, também os seus arquivos, ou seja, a documentação produzida e acumulada no decurso das suas actividades, foi, também ela, sendo transferida para a sede do Concelho, ficando à guarda da Câmara Municipal de Meda.

Deste modo, seria de esperar uma grande variedade e quantidade de fundos documentais neste Arquivo Municipal, o que não corresponde na totalidade à realidade.

Relativamente ao caso do Concelho de Penedono conhece-se um inventário da documentação e bens da Câmara Municipal daquele Concelho que foram entregues à guarda do Secretário da Câmara Municipal de Meda, mas que, logo após a restauração daquele Concelho a mesma documentação lhe foi remetida.

Em relação ao Concelho de Marialva, aquando da sua inclusão no de Vila Nova de Foz Côa, toda a sua documentação parece ter sido enviada para lá, não tendo voltado para o Concelho de Meda, mesmo após a inclusão das freguesias de Marialva neste Concelho.

Relativamente aos restantes concelhos, a documentação das respectivas Câmaras foi transferida para a de Meda, mas das quais sobreviveram até hoje um número reduzido de documentos, fruto da falta de condições humanas e materiais que no passado não permitiram a sua conservação.

No entanto, apesar de a quantidade dos documentos provenientes das

câmaras dos extintos concelhos ser reduzida, e à excepção da Câmara de Marialva, conservam-se documentos dos fundos das Câmaras dos antigos Concelhos de Aveloso, Casteição, Longroiva, Meda e Ranhados, todos consultáveis e em razoáveis condições de conservação, na sua maioria.

A documentação destes fundos antigos data, na sua maioria dos Séculos XVIII e XIX, à excepção de um livro do Século XVII e dos Forais de Meda e Longroiva, do Século XVI.

Para além destes fundos mais antigos, o Arquivo Municipal de Meda dispõe também da documentação proveniente da Administração do Concelho e da Câmara Municipal desde a formação do actual concelho até à actualidade. Dispõe ainda de um arquivo fotográfico constituído, principalmente, por fotografia em suporte papel, relativas a actos oficiais, actividades desenvolvidas ou apoiadas pela Câmara Municipal, património e paisagens do Concelho, sendo, na sua maioria referentes aos últimos 25 anos de actividade neste município.

A criação do Arquivo Municipal de Meda, em Setembro de 2005, foi um passo muito importante para a preservação e tratamento do património arquivístico deste concelho. Pela primeira vez, foi criado um espaço e um serviço destinado exclusivamente à documentação produzida e guardada pelo município, o que permitirá evitar erros cometidos no passado e dar um contributo importante para o conhecimento da História Local e Regional.

João Paulo Azevedo

A Coleção de São Vicente ■

É MUITO BREVE A INFORMAÇÃO que António Baião e Pedro de Azevedo¹ dão, sobre esta «grande colecção de documentos originais e cópias», aludindo a que foi organizada pelos frades de São Vicente de Fora, facto que deu origem ao seu nome. Já Silva Marques² afirma que o IDD existente (L 482, catálogo parcial porque faltam os «cadernos» relativos aos volumes 18, 21 e 25), foi redigido no dito mosteiro. No entanto, verificou-se, no momento da descrição desta colecção para o *Guia Geral de Fundos e Colecções da Torre do Tombo*, o facto de a maioria dos volumes apresentar um ex-libris, identificado nas obras de referência³ como sendo de Cristovão Pedro Salema Correa (1690 – 1746 Abr 26; monsenhor). Até ao momento não se apurou qualquer outro dado concreto sobre esta possível custódia, e qual a sua relação com o mosteiro de São Vicente de Fora, o que lançaria luz sobre a história custodial e arquivística desta colecção. De igual modo, a data da sua entrada na Torre do Tombo não é dada como certa, sendo apontado por Carl Erdman⁴, o ano provável de 1836.

Constituída em 26 códices factícios, a documentação da colecção abrange os séculos XVI a XVIII, com incidência no período do reinado de D. João III, abrangendo as regências e reinados de D. Catarina, D. Sebastião, Cardeal D. Henrique, Filipe I, Filipe II, Filipe III, D. João IV, D. Afonso V e D. Pedro II.

Grande parte da documentação é relativa às relações diplomáticas com diversas nações da Europa, predominantemente com França, Espanha, Inglaterra, Holanda, e Santa Sé, e com reinos, potentados ou soberanos de África e Ásia.



São inúmeras as cartas, apontamentos ou textos legais relativos aos territórios ultramarinos, sendo abordados os mais diversos assuntos relacionados com a sua administração judicial, eclesiástica, fazendária e militar, para além dos problemas permanentes nas relações comerciais e com a navegabilidade para esses territórios.

Existe documentação sobre as cerimónias e acontecimentos da vida dos elementos da família real e da corte, designadamente, sobre casamentos reais, protocolos a atender e cerimónias a celebrar, visitas e viagens de elementos da família real, a composição e despesas das suas casas, cerimónias fúnebres, correspondência vária recebida e expedida de felicitações e condolências.

Também a vida política em Portugal está presente em múltiplos documentos patenteando as relações entre D. Sebastião e D. António Prior do Crato, a regência de D. Catarina, do Cardeal Infante D. Henrique, o acto de juramento a D. João IV, o relato dos acontecimentos que marcaram a deposição de D. Afonso VI e o início da regência de D. Pedro II. Existe também

documentação sobre a consagração de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal.

Relativamente à administração do reino são inúmeras as minutas de cartas para as autoridades administrativas, judiciais ou militares locais, e para as dignidades eclesiásticas.

Da descrição pretendida para constar no referido *Guia Geral*, na conformidade da norma internacional ISAD(G)², revelou-se particularmente morosa a tarefa de disponibilizar informação sobre as datas da documentação, já que o IDD disponível, não apresenta uma única data. Assim, é agora possível informar sobre o âmbito cronológico desta colecção (baseado nos documentos datados) que vai de 1499 a 1712, com predominância nos anos de 1542 a 1562, 1598 a 1629 e 1641 a 1670. A informação resultante do trabalho de análise sistemática dos volumes será em breve disponibilizada na base de dados CALM, possibilitando uma nova abordagem à Colecção São Vicente.

Joana Braga Sousa

¹ AZEVEDO, Pedro A.; BAIÃO, António – *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. Ed. Fac-símile. Lisboa: ANTT; Livros Horizonte, 1989.p. 29.

² MARQUES, João Martins da Silva – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ensaio de um manual de heurística e arquivologia)*: Index indicum. Lisboa: [s.n.], 1935. p. 124

³ DUARTE, Sérgio Avelar – *Ex-libris portugueses heráldicos*. Porto: Civilização, 1990. p. 300.

⁴ ERDMAN, Carl – *A secularização dos arquivos da Igreja em Portugal*. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa: Biblioteca Nacional. V. 8, n.º 29-32 (1927). p. 51

Orientações Técnicas ■

O PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO PARA A DESCRIÇÃO em Arquivo (PNDA) e o Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo (GTNDA) disponibilizaram uma primeira versão provisória das *Orientações para a Descrição em Arquivo: documentação*, junto da comunidade arquivística, em Junho do presente ano.

Esta divulgação tem como objectivo a recepção de críticas, propostas de alteração, comentários e sugestões, tendo em conta que as *Orientações* têm como objectivo a normalização da descrição no âmbito da Rede Nacional de Arquivos. Pretende-se, desta forma, envolver toda a comunidade arquivística na sua realização, seguindo aquele que se tem vindo a consolidar como lema neste longo processo de construção: *Orientações de todos para todos*.

Foram recebidos, pelo PNDA, propostas e comentários de diferentes entidades: Arquivos Distritais de Castelo Branco, Faro, Guarda, Leira, Porto, Setúbal, Vila Real, bem como do Arquivo Fotográfico de Lisboa, Centro Português de Fotografia, Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Municipal de Loulé, e Torre do Tombo. Muitas outras entidades têm manifestado vontade de contribuir com propostas e, embora o prazo oficialmente estabelecido tenha terminado no final do mês de Setembro, qualquer contributo pode ser enviado para pnda@iantt.pt.

O PNDA procedeu à estruturação e organização dos comentários, que estão a ser alvo de análise pelo GTNDA, com o objectivo de que se possam vir a reflectir no texto da primeira edição das *Orientações*.

O PNDA encontra-se, neste momento, a ultimar o texto das *Orientações* relativas à descrição dos produtores de documentação de arquivo e à criação de pontos de acesso normalizados para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias, bem como à Introdução, ao Glossário e à Bibliografia, parte integrante das referidas *Orientações*. Serão em breve postas à discussão no seio do GTNDA.

Concluída esta versão provisória, abrir-se-á uma nova fase de consulta à comunidade arquivística, para recepção de comentários, propostas de alteração, críticas e sugestões. O processo seguido será em tudo semelhante ao seguido para a parte das *Orientações* relativa à descrição da documentação.

A comunidade arquivística portuguesa passará, então, a dispor de um novo instrumento de trabalho que se espera útil e que contribua para a implementação da Rede Nacional de Arquivos.

Será da responsabilidade de todos e de cada um contribuir para as revisões periódicas que se exigem para que um documento com estas características não perca a sua validade e actualidade.

Joana Braga e Lucília Runa

Os Arquivos das ONG, uma Memória a Partilhar ■

TRATA-SE DE UM PEQUENO GUIA prático publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), organizado em sete capítulos, nos quais é dada resposta a 60 questões essenciais para o tratamento dos arquivos das Organizações Não Governamentais (ONG), fundamentais para a reconstituição da sua acção na sociedade civil.

Este guia foi elaborado por Armelle Le Goff dos Arquivos Nacionais de França e traduzido para português por Pedro Penteadó (coord.) e Teresa Meneses (IAN/TT), e por Elsa Andringa e Alfredo Caldeira (Fundação Mário Soares), com a colaboração de Maria Izabel Oliveira (Arquivo Nacional do Brasil).

Capítulo I: Inclui as perguntas e respostas que elucidam o âmbito de actuação das ONG.

II: Definição conceptual de arquivo, em todas as suas fases e suportes, com especial incidência nos arquivos digitais.

III: Importância de um arquivo bem organizado e conservado, nomeadamente para o funcionamento das ONG e para o estudo histórico das mesmas, avançando pistas para possíveis estudos.

IV: Fornecimento de orientações práticas para a organização de um sistema arquivo.

V: Importância da existência de planos de classificação que permitam uma organização correcta

da documentação desde o momento da produção, implementação de planos de gestão de documentos de acordo com as normas internacionais.

VI: Instruções práticas e concisas sobre o acondicionamento dos arquivos.

VII: Referenciação das instituições que podem auxiliar e esclarecer dúvidas.

Cada capítulo é acompanhado de exemplos práticos e concisos e de bibliografia de apoio. A tradução portuguesa acrescentou ainda a referência a legislação e bibliografia específica de Portugal e do Brasil. Esta publicação encontra-se disponível em <http://www.iantt.pt/downloads/ONGs.pdf>.

Ana Barros Sousa

AGENDA

Centenário do Nascimento de Humberto Delgado (1906–2006) ■ *Tarde Cultural na Torre do Tombo*

A ASSINALAR O CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE HUMBERTO DELGADO, VAI DECORRER, NA TORRE do Tombo, no dia 16 de Fevereiro, pelas 15H00, uma Tarde Cultural, presidida por Sua Excelência a Senhora Ministra da Cultura. Participam na sessão de abertura o Director da Torre do Tombo e o Professor Doutor António Rebelo de Sousa. Terá depois lugar a apresentação do Arquivo Digital Humberto Delgado, seguindo-se o lançamento do livro *Uma Brasileira Contra Salazar*, de Arajaryr Campos (Livros Horizonte), e a exibição do documentário «Meu Pai, Humberto Delgado», com realização de Francisco Manso e co-produção de RTP–A Dois, Take 2000 e Junta de Extremadura. [1]

ARQUIVO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Exposição Documental – Folhetos de Espectáculos (1937–1962) ■

QUANDO DECIDIMOS MOSTRAR ao público este modesto conjunto de folhetos recolhido nas prateleiras do Governo Civil de Castelo Branco, onde estavam mercê das funções políticas e administrativas que ao tempo lhe cabiam, fizemo-lo por se entender serem «estes papéis» melhores do que muitas palavras para levar junto das pessoas a importância da sua existência.

São estes folhetos que tantas vezes se deitam fora (quão valiosa é agora uma colecção de cartazes feitos nos primeiros anos a seguir ao 25 de Abril!?) um argumento exemplar na defesa dos cuidados que devemos ter com os documentos capazes de nos ajudar a construir a História.

Desde logo são prova do movimento cultural e recreativo que então banhava uma Castelo Branco rural e provinciana e dos esforços que alguns fizeram para modificar esse panorama; E foram muitos os



que se empenharam, quer na criação do Cine-Teatro quer na criação ou dinamização do movimento associativo, cultural e desportivo! Ao passar os olhos por estes folhetos poderá o público mais velho recordar casas e locais por onde passou o espectáculo, enquanto os mais novos se consciencializarão

de que a cidade se foi fazendo e refazendo em outros espaços – que nem sempre os actuais – de encanto entretenimento e magia.

Igualmente alguns deles testemunham aspectos de uma política levada a cabo pelo Estado Novo no sentido de «educar» as populações, incutindo-lhes um pensamento político orientado e estimulando uma moral rural e puritana pouco pensante mas capaz de promover a conciliação de classes e a resignação perante as condições de vida proporcionadas.

São também estes registos curiosos documentos de uma linguagem textual e gráfica muito característica e adaptada ao tempo a que pertencem. É esse o nosso convite: um olhar por um outro tempo que foi nosso, dos nossos pais, dos nossos avós e que por isso e de algum modo ainda é o seu.

Amadeu Monteiro